CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
 PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
 FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 409/95 - AP. Prot. DE - Birigui nº 683/95
 INTERESSADO: Maurício de Miguel Felipini
 ASSUNTO: Recurso contra avaliação final
 RELATORA: Consª Maria Bacchetto
 PARECER CEE Nº 542/95 - CESG - APROVADO EM 12-07-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

Maurício de Miguel Felipini, aluno regularmente matriculado, em 1994, na 3ª série da EEPSP Prof. Stélio Machado Loureiro, de Birigui, ao final do ano foi considerado retido por obter o seguinte aproveitamento:

COMPONENTES	1º BIM	2º BIM	3º BIM	4º BIM	CONCEITO FINAL
L.Port.e Liter	C	C	D	D	D
Física	C	D	D	D	D
Química	C	C	D	C	D
Biolog.e Programa de Saúde	D	C	D	c	D
Matemática	C	C	D	D	D

Como a referida retenção foi ratificada pela DE de Birigui, a Sra. Margareth de Miguel Felipini, mãe do interessado, dirige-se a este Colegiado, em grau de recurso, arguindo várias ilegalidades:

a) o Conselho não elaborou a programação bimestral das atividades de recuperação;

b) o Diretor não presidiu a reunião;

c) o aluno sofreu discriminação;

PROCESSO CEE Nº 409/95

PARECER CEE Nº 542/95

d) os professores não elaboraram e não executaram a programação referente à regência de classe, não proporcionando atividades de recuperação aos alunos;

e) não mantiveram atualizados os registros relativos a suas atividades e não forneceram informações conforme normas estabelecidas;

f) os professores não determinaram os objetivos essenciais;

g) o supervisor não representou à Delegacia de Ensino tais fatos.

Sobre tais ilegalidades, assim se manifesta a Delegacia de Ensino:

a) o Conselho de Classe e Série, realmente, limitou-se, durante o ano, a identificar os alunos com aproveitamento insuficiente e as causas deste fracasso, numa análise superficial, com registros mal elaborados:

b) não consta nas atas quem presidiu o Conselho, não estando registrada análise feita pelo Diretor. Apenas comunica que o mesmo acolhia a decisão do Conselho;

c) analisando os Planos de Ensino e Diários de Classe, a Comissão concluiu que não procediam as acusações de que os professores não haviam elaborado a programação referente à regência de classe e atividades afins:

PROCESSO CEE Nº 409/95

PARECER CEE Nº 542/95

d) há registros em alguns Diários de Classe relativos ao comportamento do aluno: sua não participação nos trabalhos, durante os quais permanecia alheio, sobre sua recusa em realizar as tarefas propostas;

e) as menções atribuídas aos demais alunos e os registros nos Diários de Classe não caracterizam discriminação do aluno em questão;

f) o desempenho global do aluno não é satisfatório, uma vez que a retenção se deu em cinco componentes curriculares;

g) apesar de os registros de todo o processo deixarem a desejar, isso não invalida o trabalho pedagógico desenvolvido na Unidade Escolar, uma vez que o aluno teve oportunidade de recuperação de conteúdos.

Concluindo, a Comissão sugeriu "à Direção da Escola que oriente melhor seus Professores quanto aos registros a serem efetuados e que reveja seu posicionamento em relação às reuniões de Conselho de Classe e Série".

Analisando os autos, constatamos:

a) que os registros dos diários de classe indicam que após haver sido ministrado um novo conteúdo, sempre foram aplicados exercícios de fixação; antes de cada prova de recuperação bimestral, os professores dedicavam-se às aulas de revisão e, em seguida, correção das provas;

PROCESSO CEE Nº 409/95

PARECER CEE Nº 542/95

b) que o Plano Diretor registra os objetivos propostos para cada um dos componentes curriculares;

c) que os registros da ficha individual do aluno refletem que seu aproveitamento sempre foi, no máximo, razoável;

1992 - 1ª série - "C" em todos os componentes - 10:

1993 - 2ª série - 3 x "B" e 5 x "C";

1994 - 3ª série - 4 x "B", 1 x "C" e 5 x "D";

d) que a supervisão de ensino, após análise de todos os casos de retenção de alunos, deixou registrado no Termo de Visita, de 31-05-95, um alerta à direção e corpo docente para que refletissem sobre o alto índice de repetência e evasão constatadas na Unidade Escolar.

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, indefere-se o recurso interposto em favor do aluno Miguel Felipini da 3ª série do 2º grau em 1994, da EEPSG "Prof Stélio Machado Loureiro", em Birigui, DE de Birigui.

São Paulo, 27 de junho de 1995

a) *Consª Maria Bacchetto*

Relatora

PROCESSO CEE Nº 409/95

PARECER CEE Nº 542/95

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Segundo Grau adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães, Maria Bacchetto, Pedro Salomão José Kassab, Raphaela Carrozzo Scardua e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 05 de julho de 1995.

a) *Cons. Francisco Aparecido Cordão*
Presidente da CESG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de julho de 1995.

a) Cons. NACIM WALTER CHIECO

Presidente